



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

PMSC

Fls. 44

Rubrica [assinatura]

Mat. n.º: 1404

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 502.014/2022

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto: Aquisição de peças para a 8ª Revisão Programada de 80.000 km conforme termo de garantia no item 2.7 do Veículo MMC/L200 TRITON SPT GLX OUTDOOR de placa QGV8H49, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde deste Município, utilizado no transporte das equipes do programa ESF da Atenção Básica.

EMENTA: Direito Administrativo. Direito Constitucional. Contratação Direta. Prazo de Garantia. Art. 24, XVII, da Lei nº 8.666/93. Possibilidade.

I - RELATÓRIO

O presente processo administrativo trata da Aquisição de peças para a 8ª Revisão Programada de 80.000 km conforme termo de garantia no item 2.7 do Veículo MMC/L200 TRITON SPT GLX OUTDOOR de placa QGV8H49 à pessoa jurídica de Direito Privado BUDA VEICULO E PEÇAS LTDA – BUDA MOTORS com o intuito de atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Depreende-se dos Autos a existência de Solicitação de Despesa exarada pelo Setor Requisitante com a descrição fidedigna do objeto e justificativa, além de Termo de Referência onde há a pormenorização da descrição da aquisição pretendida e obrigações das partes, bem como a comprovação da necessidade por meio de documentos acessórios ao pleito tais como Termo de Garantia e Plano de Revisões.

A pretensa contratação encontra arcabouço no artigo 24, XVII, da Lei nº 8666/93, sendo anexado aos autos pesquisa mercadológica, o despacho que confirma a disponibilidade de crédito orçamentário para a referida despesa, assim como autorização para contratação.

É o que importa relatar.



II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A Constituição Federal brasileira preconiza em seu artigo 37, XXI, a obrigatoriedade de processo licitatório para contratações públicas, ressalvadas algumas exceções especificadas em leis.

Assim, temos que uma das exceções suso referidas é a Dispensa de Licitação, meio de contratação direta, que pode ser utilizada quando respeitadas algumas características e de forma Discricionária à Administração.

No presente caso temos a pretensa contratação direta por meio de Dispensa de Licitação prevista no artigo 24, XVII, da Lei nº 8666/93, nos seguintes termos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

XVII - para a **aquisição de componentes ou peças** de origem nacional ou estrangeira, necessários à **manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica**, junto ao **fornecedor original** desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

Em outras palavras, para que a presente contratação seja possível é essencial a caracterização da finalidade de manutenção de equipamentos, dentro do período da vigência da garantia e o que o fornecedor seja original.

Logo, depreende-se dos autos, a **devida descrição do objeto** sinalizando a aquisição de componentes necessários à manutenção do veículo logo na peça inaugural de Solicitação de Despesa e Termo de Referência. Por conseguinte, há a **comprovação do prazo da garantia** definido nas fls. 12 a 17. E, finalmente, encontramos a **pesquisa mercadológica junto a fornecedor autorizado** da Mitsubishi reunida nas fls. 18 a 32, executada regularmente de acordo com a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, do Ministério da Economia.

Digno de nota é que a supracitada pesquisa mercadológica fez uso de apenas duas empresas para a solicitação de cotação de preços, tendo em vista serem as únicas empresas autorizadas da Mitsubishi no Estado, devidamente comprovado em documentos anexos aos Autos às fls. 26 a 28.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

PMSC
Fls. 46
Rubrica
Mat. n.º: 1464

Ademais, encontra-se presente nos autos a comprovação de idoneidade do pretenso contratado, o que viabiliza e fortalece a possibilidade de formalização de contrato.

Consoante exegese jurídica acerca de normativos, muito embora já exista indícios que indicam a regularidade processual até o presente Parecer, sugiro a observância dos requisitos elencados na Resolução nº 028/2020 do Tribunal de Justiça Estadual do Rio Grande do Norte, principalmente no que diz respeito ao art. 10 e seguintes, os quais tratam da composição do processo de realização da Despesa Pública.

III - CONCLUSÃO

Por tudo que foi exposto, em caráter opinativo, entendo que o Processo Administrativo de nº 502.014/2022 atendeu aos requisitos legais, estando, pois, regular para a contratação direta proposta.

Serra Caiada/RN, 06 de Maio de 2022


Râmida Raiza de Oliveira Pereira Gonçalves
Procuradora Geral
Matrícula nº 1464